

Nestes termos, ao abrigo da alínea c) do artigo 199.º da Constituição da República Portuguesa, determina-se:

1 — É revogado o Despacho Normativo n.º 64/98, de 4 de Setembro, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2 — O Despacho Normativo n.º 64/98, de 4 de Setembro, mantém-se em vigor:

a) No ano lectivo 2007/08, para o 3º ano dos cursos técnico-profissionais de nível II e para o 2º e 3º anos dos cursos técnico-profissionais de nível III;

b) nN ano lectivo 2008/09, para o curso técnico-profissional de nível II — curso básico de artes visuais, e para o 3º ano dos cursos técnico-profissionais de nível III.

3 — O presente despacho normativo entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

10 de Dezembro de 2007. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*. — A Ministra da Educação, *Maria de Lurdes Reis Rodrigues*.

Secretaria-Geral

Despacho n.º 29851/2007

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, foi aberto o procedimento concursal tendente ao recrutamento do director de serviços de Gestão Financeira e do Património desta Secretaria-Geral. Cumpridos todos os formalismos legais e concluídas as operações de selecção, o júri do concurso propôs que a nomeação recaísse sobre o candidato licenciado António Francisco Ribeiro dos Santos, o qual, estando de posse dos requisitos legais exigidos, demonstrou ter o perfil adequado e as características necessárias ao competente exercício das atribuições e à prossecução dos objectivos da Direcção de Serviços de Gestão Financeira e do Património. Nestes termos, Ao abrigo do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto: 1 — Nomeio, em comissão de serviço por três anos, como Director de Serviços de Gestão Financeira e do Património, o Licenciado António Francisco Ribeiro dos Santos, assessor principal do quadro de pessoal desta Secretaria-Geral. 2 — O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura.

26 de Novembro de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria Manuel Godinho*.

Síntese curricular

Nome — António Francisco Ribeiro dos Santos. Habilitações literárias — licenciatura em Engenharia Civil (IST). Exerceu funções docentes na Escola Comercial Ferreira Borges em Lisboa de 12 de Outubro de 1973 a 31 de Julho de 1978. Contratado como engenheiro civil de 2ª classe do MHOP em 10 de Outubro de 1978. Tomou posse como engenheiro civil de 1ª classe do quadro do Fundo de Turismo em 30 de Abril de 1985, tendo ingressado no quadro da Direcção-Geral das Construções Escolares com a mesma categoria em 3 de Junho de 1985. Nomeado técnico superior principal do quadro da Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa em 1 de Março de 1990. Nomeado técnico superior assessor da mesma Reitoria em 21 de Fevereiro de 1994. Nomeado técnico superior assessor principal da mesma Reitoria em 30 de Agosto de 1997. Nomeado, em regime de substituição, director de serviços de Instalações e Equipamento da Secretaria-Geral do MTSS em 1 de Outubro de 2000, e em comissão de serviço no mesmo cargo após concurso em 23 de Abril de 2001. Transferido com a categoria de assessor principal para o quadro da Secretaria-Geral do MTSS em 1 de Julho de 2006, sem prejuízo da manutenção da comissão de serviço no cargo de director de serviços de Instalações e Equipamento.

Despacho n.º 29852/2007

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, foi aberto o procedimento concursal tendente ao recrutamento do director de serviços de Gestão de Recursos Internos desta Secretaria-Geral. Cumpridos todos os formalismos legais e concluídas as operações de selecção, o júri do concurso propôs que a nomeação recaísse sobre o candidato licenciado José Carlos Tavares da Silva, o qual, estando de posse dos requisitos legais exigidos, demonstrou ter o perfil adequado e as características necessárias ao competente exercício das atribuições e à prossecução dos objectivos da Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Internos. Nestes termos, Ao abrigo do n.º 8 do artigo 21.º da

Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto:

1 — Nomeio, em comissão de serviço por três anos, como Director de Serviços de Gestão de Recursos Internos, o Licenciado José Carlos Tavares da Silva, assessor principal do quadro de pessoal desta Secretaria-Geral.

2 — O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura.

26 de Novembro de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria Manuel Godinho*.

Síntese curricular

José Carlos Tavares da Silva, nascido a 10 de Julho de 1945, licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, assessor principal do quadro da Secretaria Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Técnico Superior da Corporação dos Espectáculos e posteriormente da Comissão Liquidatária das Corporações de Dezembro de 1973 a Outubro de 1975 onde exerceu funções nas áreas financeira e de gestão de recursos humanos. Técnico Superior da Direcção-Geral da Assistência Social no Ministério dos Assuntos Sociais de Novembro de 1975 a Outubro de 1980 onde desempenhou funções ligadas à tutela das IPSS nos domínios financeiro, gestão de recursos humanos e de património. Técnico Superior na Direcção-Geral da Organização de Recursos Humanos no Ministério dos Assuntos Sociais de Novembro de 1980 a Julho de 1993 onde desempenhou funções ligadas à programação das instalações e equipamentos colectivos do sector e nas áreas de gestão e informática. Técnico Superior da Direcção-Geral de Apoio Técnico à Gestão no Ministério do Emprego e Segurança Social de Agosto de 1993 a Maio de 1996 onde a respectiva actividade esteve ligada à área de gestão especialmente centrada na problemática das dívidas à Segurança Social. Coordenador da área de contabilidade da Secretaria Geral do Ministério da Solidariedade e Segurança Social de Junho de 1996 a Dezembro de 1998 onde foi responsável pela organização dos respectivos serviços. Chefe de Divisão de Contabilidade na Secretaria-Geral do mesmo Ministério de Janeiro de 1998 a Julho de 1999 onde foi responsável pelas áreas de contabilidade e vencimentos da Secretaria-Geral, dos gabinetes dos membros do Governo no âmbito do Ministério. Director de Serviços de Gestão Financeira e Patrimonial da Secretaria-Geral desde Agosto de 1999 onde coordenou as áreas de contabilidade, gestão orçamental e aprovisionamento da Secretaria Geral, gabinetes dos membros do Governo e outras estruturas no âmbito do Ministério, foi responsável pela implementação da aplicação informática SIC nos domínios da contabilidade e gestão orçamental, pela elaboração das contas de gerência e preparação dos orçamentos dos serviços referidos e pela coordenação do orçamento do Ministério no âmbito do Orçamento do Estado. Director de Serviços de Gestão de Recursos Internos, em regime de substituição, da Secretaria-Geral desde Junho de 2007. Frequentou o curso de pós-graduação da “função pessoal” no Instituto Superior do Desenvolvimento de Recursos Humanos e diversos cursos e seminários de formação profissional complementar nas áreas de contabilidade, gestão orçamental, gestão de projectos, estatística, planeamento, sistemas de informação, segurança social e Administração Pública. Colaborou em diversas acções de monitoria para pessoal das IPSS e dos Centros Regionais de Segurança Social em matérias de contabilidade, gestão orçamental e de recursos humanos. Participou em diversos grupos de trabalho e comissões técnicas como representante do serviço em que encontrava colocado, Secretaria de Estado da Segurança Social e Ministério do Trabalho e da Segurança Social respectivamente, e integrou como presidente ou vogal efectivo júris de concursos de pessoal. Responsável pela gestão financeira das candidaturas anuais para programas de formação apresentadas pela Secretaria-Geral ao PROFAP para financiamento através do FSE no âmbito do II QCA de 1997 a 2001. Membro do Conselho Administrativo do Subprograma Integrar no âmbito do II QCA de 1999 a 2001. Presidente da Comissão de Fiscalização dos Serviços Sociais do Ministério do Trabalho e da Solidariedade de 1999 a 2003.

Despacho n.º 29853/2007

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, foi aberto o procedimento concursal tendente ao recrutamento do chefe de divisão de Apoio Logístico desta Secretaria-Geral. Cumpridos todos os formalismos legais e concluídas as operações de selecção, o júri do concurso propôs que a nomeação recaísse sobre o candidato licenciado Albano Alves Pires, o qual, estando de posse dos requisitos legais exigidos, demonstrou ter o perfil adequado e as características necessárias ao competente exercício das atribuições e à prossecução dos objectivos da Divisão de Apoio Logístico. Nestes termos, Ao abrigo

do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto:

1 — Nomeio, em comissão de serviço por três anos, como Chefe de Divisão de Apoio Logístico, o Licenciado Albano Alves Pires, assessor principal do quadro de pessoal desta Secretaria-Geral.

2 — O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura.

27 de Novembro de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria Manuel Godinho*.

Síntese Curricular

Albano Alves Pires, nasceu em Abrantes, em 9 de Novembro de 1954, é assessor principal e licenciado em Economia, com especialização em planeamento regional e sectorial, pelo Instituto Superior de Economia, da Universidade Técnica de Lisboa e tem formação no âmbito da contabilidade e finanças, dos fundos estruturais, da administração, controlo e gestão públicas e informática.

De 1967 a 1989, cumpriu o serviço militar obrigatório e exerceu diversas funções profissionais em vários sectores económicos e da iniciativa privada, onde foi, designadamente, coordenador de serviços de contabilidade, técnico de contas e adjunto de director financeiro.

Em 1989, ingressou na Direcção de Serviços de Programas e Projectos, da Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, onde teve à sua responsabilidade, designadamente, a apreciação e cálculo dos incentivos de projectos de investimento de diversos programas, em especial, os apresentados no âmbito dos sistemas de incentivos de Base Regional (SIBR), do Potencial Endógeno (SIPE), Regionais (SIR) e do PRISMA. Elaborava os relatórios, preparava e participava nas reuniões de selecção dos projectos e de acompanhamento dos programas. Executava as funções de controlo financeiro dos mesmos e do Programa Nacional de Interesse Comunitário de Iniciativa à Actividade Produtiva (PNI-CIAP), do SIMC e do Programa da Modernização do Tecido Económico (POMTE). Participou nas reuniões das unidades de gestão dos Subp. Comércio, Indústria (MV e SINFRAPEDIP) e Pescas e na implementação da Iniciativa Comunitária PME e como representante da DGDR e do Ministério do Planeamento e da Administração do Território, em reuniões de estabelecimento de critérios e normas diversas, de comissões de selecção de propostas do âmbito dos concursos públicos para realização de auditorias de sistema e técnico-financeiras a programas e em reuniões interministeriais da Comissão Europeia, sobre Auxílios de Estado. Executava as funções de administrador, a nível da DGDR no SIDReg para o POMTE e o PPDR e de administrador, a nível da Unidade de Gestão do SIR. Orientou, com a Subdirectora Geral, durante o 2º semestre de 1990, na DSPP, os serviços que mais tarde iriam corresponder à Direcção de Serviços de Apoio ao Investimento.

Em 1997, ingressou na Direcção de Serviços de Apoio à Gestão, da Secretaria-Geral, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, onde exerceu funções de elaboração, de controlo e análise dos orçamentos de organismos do Ministério e em particular da SG. Elaborou cadernos de encargos, programas e anúncios de concursos e as contas de gerência da SG. Integrou grupos de trabalho e júris de concursos de pessoal e de aquisição de bens e serviços e sempre nas suas ausências, substituiu a Directora de Serviços da DSAG. Por despachos dos Secretários gerais, foi-lhe delegada competência, para autorizar a emissão de meios de pagamento, conforme artigo 29º Decreto-Lei 155/92, de 28 de Julho.

Em 1999, foi nomeado Chefe de Divisão de Aprovisionamento e Património, da Secretaria-Geral, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, funções que exerceu, até 11 de Junho de 2007. Esta divisão incluía as secções de Aprovisionamento, do Património e dos Assuntos Gerais. Participou em vários grupos de trabalho, estudos e comissões. Foi interlocutor da SG, designadamente, para preparar metodologias de funcionamento do projecto para a criação do Centro de Serviços Partilhados, representante da DSGFP no projecto para a reorganização de procedimentos e circuitos dos serviços da SG, coordenador para a introdução do EURO na AP, na área do aprovisionamento e Património. Foi nomeado para as equipas de acompanhamento dos processos de gestão de aquisições de bens e serviços e de gestão de viaturas, da qualidade da SG, da ECS — Entidade Coordenadora de Segurança do edifício sede do MTSS e responsável técnico pela frota automóvel e do grupo de trabalho de implementação e operacionalização do Projecto Piloto das Compras Electrónicas do MSST. Deu formação aos utilizadores da SG, sobre as compras electrónicas e a utilização da ferramenta “Comprar On-line”.

De Maio 2006 a Abril de 2007, foi tutor de um estagiário, com formação jurídica, licenciado em direito, nos termos do Decreto-Lei 326/99, de 18 de Agosto e da Portaria 1256/05, de 2 de Dezembro.

Despacho n.º 29854/2007

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de

Agosto, foi aberto o procedimento concursal tendente ao recrutamento do chefe de divisão de Gestão Documental desta Secretaria-Geral. Cumpridos todos os formalismos legais e concluídas as operações de selecção, o júri do concurso propôs que a nomeação recaísse sobre a candidata licenciada Maria Ângela Nunes Alves, a qual, estando de posse dos requisitos legais exigidos, demonstrou ter o perfil adequado e as características necessárias ao competente exercício das atribuições e à prossecução dos objectivos da Divisão de Gestão Documental. Nestes termos, Ao abrigo do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto:

1 — Nomeio, em comissão de serviço por três anos, como Chefe de Divisão de Gestão Documental, a Licenciada Maria Ângela Nunes Alves, assessora principal do quadro de pessoal desta Secretaria-Geral.

2 — O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura.

27 de Novembro de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria Manuel Godinho*.

Síntese Curricular

Identificação: Maria Ângela Nunes Alves Naturalidade: Machico, Madeira

Habilitações académicas:

- Licenciada em História pela Universidade Clássica de Lisboa.
- Pós-graduação em Ciências da Educação

Experiência profissional: Técnica Superior, de 1992 a 1995, no Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo, de 1995 a 1996, no Gabinete de Apoio Técnico à Gestão do Serviço Sub-Regional de Lisboa daquele Centro Regional e de 1996 a Janeiro de 2006, na Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social; Assessora principal, desde Fevereiro de 2006, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do MTSS; Enquanto técnica superior desenvolveu a sua actividade nas áreas da formação de pessoal, de apoio técnico à gestão e de recursos humanos.

Cargo dirigente: Chefe de Divisão de Arquivo Geral da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, desde Junho de 2000 até 10 de Junho de 2007; Chefe de Divisão de Gestão Documental, em regime de substituição, da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, desde 11 Junho de 2007 até à presente data.

Outras experiências profissionais: Formadora Consultora externa do Instituto dos Arquivos Nacionais/TT, actual Direcção-Geral dos Arquivos.

Despacho n.º 29855/2007

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, foi aberto o procedimento concursal tendente ao recrutamento do chefe de divisão de Organização e Recursos Humanos desta Secretaria-Geral.

Cumpridos todos os formalismos legais e concluídas as operações de selecção, o júri do concurso propôs que a nomeação recaísse sobre a candidata licenciada Rosa Arminda de Carvalho Alves Ribeiro, a qual, estando de posse dos requisitos legais exigidos, demonstrou ter o perfil adequado e as características necessárias ao competente exercício das atribuições e à prossecução dos objectivos da Divisão de Organização e Recursos Humanos.

Nestes termos, Ao abrigo do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto:

1 — Nomeio, em comissão de serviço por três anos, como Chefe de Divisão de Organização e Recursos Humanos, a Licenciada Rosa Arminda de Carvalho Alves Ribeiro, consultora jurídica principal do quadro de pessoal desta Secretaria-Geral.

2 — O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura.

27 de Dezembro de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria Manuel Godinho*.

Síntese da Nota Curricular

Rosa Arminda de Carvalho Alves Ribeiro, licenciada em Direito, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, iniciou funções como professora do 7.º Grupo na Escola Padre Jerónimo

Emiliano de Andrade em 8 de Abril de 1990, ingressou posteriormente na carreira técnica superior em 1 de Março de 1993 e na presente data é Consultora Jurídica Principal do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, destacando-se, no que à sua actividade profissional na função pública se refere, o exercício de funções nas seguintes áreas:

No Serviço Regional de Protecção Civil dos Açores e Serviço Nacional de Protecção Civil como técnica superior (entre 1993 e 1998).